

## PREFÁCIO

---

### FICHA TÉCNICA

**Título**

Turismo e Desenvolvimento dos Territórios do Interior

**Editor | Coordenação**

Paula Reis

**Comissão Científica | Revisão**

Cristina Pereira Pedro

Nuno Guerra

**Edição**

RVJ, Editores, Lda.

Av. do Brasil, nº 4 r/c | 6000-079 Castelo Branco

Telf.: 272 324 645 | Telm.: 965 315 233

**Design**

Carine Pires - RVJ - Editores

**Tiragem**

200 Exemplares

**ISBN**

978-989-53641-2-1

**Depósito Legal**

503 402/22

**Data**

2022

Os territórios do interior são espaços geográficos com elevado potencial, seja pela diversidade que apresentam, pela autenticidade que mantêm ou pelo património que preservam. São espaços dinâmicos que, independentemente das suas características naturais, demográficas ou socioeconómicas, importa considerar, destacar e promover. São espaços que devem ser afirmados, pela positiva, promovendo e valorizando os seus recursos endógenos e distintivos.

É pois, neste contexto, que se insere o presente livro – Turismo e Desenvolvimento dos Territórios do Interior – uma obra que reúne um conjunto de trabalhos de natureza científica muito relevante, desenvolvidos por investigadores que procuram realçar, através dos seus trabalhos de investigação, exemplos de projetos diferenciadores ou de iniciativas inovadoras do setor do turismo que têm contribuído, de forma consistente, para o crescimento económico, para a criação de emprego e para a coesão territorial de um país manifestamente desequilibrado entre o seu interior e o seu litoral.

Os territórios do interior, e em particular os territórios de baixa densidade, são reconhecidos por serem regiões com enormes potencialidades, mas muitas vezes pouco exploradas, com um predomínio generalizado de paisagens naturais, mas com populações mais ruralizadas. Simultaneamente, são também associados a problemas estruturais demográficos e económicos, seja pela população mais envelhecida ou pelo despovoamento, seja pela falta de mão de obra qualificada, pela reduzida capitalização das empresas ou pela baixa atratividade socioeconómica. Esta caracterização generalizada dos territórios do interior coloca-os numa situação de inferioridade face aos

do Centro. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/EstrategiasEInteligente/EREI%20Centro.pdf> (consultado em 27 de julho, 2018).

CCE (1988). *The future of rural society*. Bulletin of the European Communities, 4/88. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/5214/1/5214.pdf>.

CE (1999). EDEC - *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário: Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

DPP (2006). Evolução das Assimetrias Regionais. *Prospectiva e Planeamento*, 13, 62-112.

Fernandes, A. (1989). *Portugal face à Política Regional da União Europeia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Ferrão, J. & Mourato, J. (2010). A avaliação de políticas públicas como factor de aprendizagem, inovação institucional e cidadania. O caso da política de ordenamento do território em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12 (1), 9-28.

Figueiredo, A. (Coord.) (2010). *A Territorialização das Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.

Marques, A. (2006). *Economia da União Europeia*. Lisboa: Almedina.

Martins, N. and Figueiredo, M. (2008). *PROVERE. Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos – Das ideias à Acção: Visão e Parcerias*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais. Disponível em: [http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=3937-provere-programas-de-valorizacao-economica-de-recursos-endogenos&category\\_slug=estudosregionais&Itemid=739](http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3937-provere-programas-de-valorizacao-economica-de-recursos-endogenos&category_slug=estudosregionais&Itemid=739).

Moreno, L. (2007). *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Moreno, L. (2013). *Governança nas políticas de desenvolvimento local e inovação institucional*. Vialonga: Animar, ISA, INIAV, Rota do Guadiana.

Moussis, N. (2002). *Guide to European Policies* (8.ª ed.). Belgium: European Study Service.

Nello, S. (2012). *The European Union: economics, policies and history* (3.ª ed.). McGrawHill.

Pires, L. (1998). *A Política Regional Europeia e Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Reis, P. (2017). *Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional – Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Resolução do Conselho de Ministros N.3/2016. Diário da República N.º15/2016, I Série, n.º 15/22. Retirado de <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/3-2016-73268683>.

Resolução do Conselho de Ministros N.116/2018. Diário da República, I Série, n.º172/18. Retirado de <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/116-2018-116341225>.

Santos, A., Serrano, M., and Neto, P. (2015). Análise da Eficácia, Eficiência e Valor Acrescentado de Políticas Públicas Place-based – uma aplicação a território rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 33-48.

SPI (2013). *Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Colectiva EEC – PROVERE*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Inovação.

Varela, J. (1992). *A agricultura e o espaço rural. Contributo para a compreensão das suas relações em Portugal*. Lisboa: Ministério da Agricultura.

## CAPÍTULO 2

### A RUÍNA COMO ACTANTE: A TEORIA ATOR-REDE E A REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS EM CASTELO RODRIGO, PORTUGAL

Maria João Gregório\*  
João Sarmento\*\*

#### Introdução

Inicialmente designado como Programa das Aldeias Históricas de Portugal (PAHP), criado no âmbito de uma iniciativa do Governo português, sob tutela da então Comissão de Coordenação da Região Centro – CCRC, em inícios da década de 1990, a atual Rede das Aldeias Históricas de Portugal, é um conjunto de 12 núcleos rurais no interior Centro de Portugal, com um elevado património histórico-cultural. Constitui-se como a materialização de um programa concebido a nível nacional, com implementação a nível local, através de um conjunto de ações de intervenção, sobretudo no património material, cujo objetivo era inverter o processo de arruinamento destes territórios, procurando uma maior atratividade, que levasse à fixação de população residente, bem como ao desenvolvimento da atividade turística.

Assim, cremos poder afirmar que, para além do elevado património que todas elas possuíam, ou de outras características como a baixa densidade

\* CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

\*\* Universidade do Minho | CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

populacional, envelhecimento da população, a ruína e o arruinamento, sendo elementos comuns a todas elas, eram percebidos como algo a combater e reverter, por forma a alterar a imagem de abandono e de declínio, tão pouco interessantes no que concerne ao setor do turismo.

Neste capítulo, pretendemos explorar o desenvolvimento desta rede de promoção e desenvolvimento turístico de territórios de interior de baixa densidade, como é a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, usando a Teoria Ator-Rede, e de forma mais concreta, o papel desempenhado pela ruína, entendida como um ator dinamizador desta mesma rede.

A Teoria Ator-Rede, ou originalmente denominada Actor-Network Theory (ANT), permitiu o desenvolvimento, nas ciências sociais, de uma nova abordagem da sociedade e do mundo material, tendo por princípio uma releitura do conceito de “rede”. Este novo olhar vem enfatizar os fluxos, interações e associações que se estabelecem entre os elementos humanos e não-humanos que integram uma rede, trazendo, assim, uma perspetiva distinta do conceito tradicional de rede.

Podemos considerar, sob o ponto de vista da ANT, o território como um laboratório, onde as ações decorrem e as interações se geram, permitindo que se faça uma análise do próprio território através do seguimento de todos os atores humanos e não-humanos que aí desenvolvem a sua ação. Isto permite que não tenhamos que mudar de escala de forma abrupta para proceder à leitura do território, desafiando desta forma os entendimentos convencionais do objeto de estudo dos próprios estudos urbanos (Fariás e Bender, 2010) ou rurais. Consideramos, por tal, que essa visão diferenciadora pode ser um contributo para o estudo da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, e simultaneamente para a compreensão dos territórios que as integram. Neste capítulo, empiricamente usamos o caso da aldeia de Castelo Rodrigo.

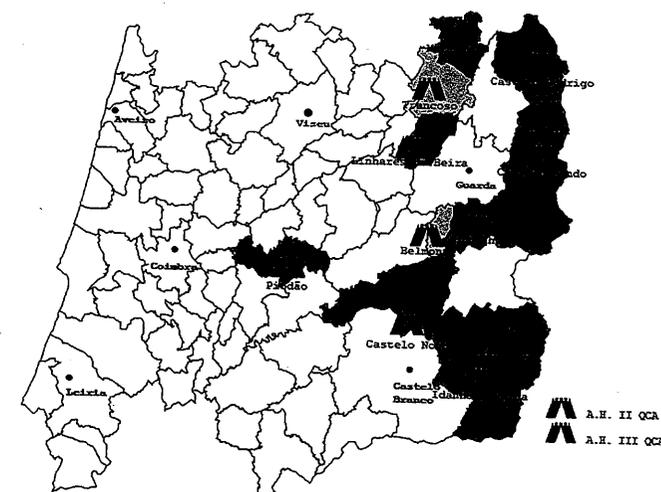
## 1. A Rede das Aldeias Históricas de Portugal e a transformação do território

O Programa das Aldeias Históricas de Portugal, criado em 1994, constituiu-se como um programa pioneiro a nível nacional tendo, inclusive,

sido considerado como “exemplar, na afirmação de um território deprimido” (Boura, 2004:19), ou como refere Lousada (2008:143) “uma das intervenções mais importantes no património rural”. Tal distinção foi-lhe atribuída pelo facto de o programa: i) privilegiar a valorização do património cultural como instrumento principal da estratégia, e ii) por assentar numa lógica de funcionamento colaborativo, para o qual o conceito de ‘rede’ é imprescindível (Gregório, Brito-Henriques e Sarmiento, 2014).

Ainda que mencionado pela primeira vez no Plano Nacional do Turismo 1985-1989, materializou-se apenas com o II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999) sob a tutela da Comissão de Coordenação Regional do Centro. Inicialmente o programa que integrava dez aldeias – Almeida, Castelo Novo, Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha – às quais se viriam a juntar mais duas já em 2003 – Belmonte e Trancoso – (Figura 1), caracterizou-se, sobretudo, pela realização de um conjunto de intervenções físicas no território que, pode dizer-se, procuraram constituir-se como formas de desruína-mento das aldeias da rede.

Figura 1 – Aldeias Históricas de Portugal – QCA II e QCA III



Fonte: Boura, 2004:8

Criado no âmbito do Subprograma do Potencial de Desenvolvimento Regional do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e suportado financeiramente pelo FEDER, o PAHP constituiu-se como um programa piloto cujo objetivo era “afirmar frágeis territórios do interior” (Boura, 2004:117), através da valorização do seu património histórico-cultural. Assim, na sua génese, o Programa das AHP constituiu um modelo de intervenção no património local, cujo propósito era discriminar positivamente estes territórios, munindo-os de ferramentas para que se constituíssem como territórios atrativos e capazes de reativar a sua economia, tornando-se, igualmente, competentes na fixação de população residente.

Neste sentido, o programa traduziu-se na criação de uma rede de aldeias, com “uma monumentalidade que vem do património edificado, uma estrutura de matriz medieval, o todo imerso num “ambiente” e numa paisagem envolvente rural” (Lousada, 2008:143-144). Diz ainda a mesma autora que este programa deveria ser entendido tendo em consideração um quadro de afirmação de novas formas de turismo rural, que permitia não apenas uma melhor compreensão da sua própria designação, como das intervenções realizadas no território e as próprias narrativas produzidas.

As intervenções realizaram-se em monumentos, nomeadamente em castelos, muralhas, igrejas e palácios, procurando reverter o abandono e estado de ruína em que este património se encontrava, valorizando-o, dando-lhe uma nova imagem. Foram também intervencionados edifícios privados, sobretudo as fachadas e coberturas, assim como realizadas obras de saneamento e pavimentação de ruas, bem como enterramento de cabos elétricos.

Porém, sobretudo após o ano de 2009 e com a definição da Estratégia de Eficiência Coletiva e Plano de Ação do PROVERE, e decorrente do tipo de financiamentos disponíveis, tem-se registado uma mudança no paradigma das intervenções. Estas apoiam-se sobretudo em ações de cariz imaterial, ligadas especialmente à promoção, divulgação e animação turístico-cultural destes territórios, por forma a consolidar os investimentos feitos anteriormente em termos materiais.

Identificam-se dois momentos distintos no que concerne à natureza das intervenções realizadas na rede e das suas repercussões no território. Se num primeiro momento as ações mais apoiadas financeiramente tinham como intuito dotar as aldeias de infraestruturas capazes de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, bem como de recuperar os seus monumentos para que estes se tornassem espaços de maior interesse para turistas e visitantes, numa fase posterior, o foco das intervenções recaiu, sobretudo, em projetos de cariz imaterial, principalmente de promoção e divulgação, cimentando esta rede através de um conjunto de transformações e constituindo-a numa marca, numa “imagem de marca” criada em prol de um produto turístico. Sobre esta questão, diz Coutinho (2013:63) que “a história, a memória e a identidade cultural criam um utopismo idealizado, podendo funcionar como uma mercadoria associada à possibilidade de consumo”, e que a Rede das Aldeias Históricas de Portugal “tornou-se uma mais-valia espacial, gerando uma oportunidade e competitividade da economia local”.

Pode assim dizer-se que ao longo das últimas décadas, as AHP têm vindo, de facto, a confirmar-se como um destino turístico no interior de Portugal, refletido no forte crescimento da oferta turística bem como pelo número de visitantes e turistas reportado pelos Postos de Turismo, promovendo, nacional e internacionalmente, as 12 aldeias, conferindo-lhes um certo dinamismo.

Tendo em conta este dinamismo, torna-se interessante analisar esta rede numa perspetiva distinta das análises convencionais de rede, isto é, usando como quadro teórico e como metodologia a Teoria Ator-Rede, uma vez que, e adaptando as palavras de Fariás e Bender (2010), o território parece consideravelmente diferente quando explorado com olhos simétricos e radicalmente relacionais.

## 2. A Teoria do Ator-Rede

Associada a nomes como John Law, Michel Callon e sobretudo Bruno Latour, a Actor-Network Theory (e iremos usar a sigla no original inglês

ANT) desenvolveu-se em França, em meados da década de 1980, e caracteriza-se, sobretudo, “por fazer emergir nas ciências sociais uma nova abordagem da sociedade e do mundo material a partir do conceito de ‘rede’” (Gregório, 2019: 24). A ANT constitui simultaneamente um método de análise e um quadro teórico para a interpretação da realidade sociotécnica, segundo a qual o foco não está nos nós dessa rede, ou seja, nos atores, mas nos fluxos e nas relações que entre eles se estabelecem, e que esta teoria denomina por ‘traduções’. Assim, o centro do seu interesse recai na compreensão das relações entre elementos humanos ou não-humanos, quer sejam animais, plantas ou objetos inanimados, que integram as redes. Como referido por Michael (2017:12), “o social é visto como o resultado de processos heterogêneos, em que atores humanos e não-humanos juntos contribuem para a produção da sociedade”. Sendo precisamente uma das principais especificidades assumidas pela ANT, o contributo de atores não-humanos para o desenvolvimento das redes não assume, todavia, qualquer visão animista, tal como sublinhado por Latour (2005: 76) “a ANT não é, repito, não é, o estabelecimento de uma simetria absurda entre humanos e não-humanos”. Esta teoria defende, no entanto, que “no processo de montagem de uma determinada rede, não é possível dizer *a priori* se são os atores humanos ou os não-humanos que desempenharam o papel decisivo” (Michael, 2017:12). O foco não está assim na natureza dos atores, mas na ação que eles produzem ao relacionar-se com os demais e na sua capacidade de agenciar novos atores para a rede, que possam desempenhar novas funções (Gregório, 2019). No sentido de colmatar possíveis mal-entendidos no que confere a uma simetria entre humanos e não-humanos, Latour usa a terminologia de “actante” para o precursor da ação, que é definido tendo em conta a sua capacidade de marcar uma posição no curso da ação independentemente de ser um ator, uma organização ou um objeto. Para Latour (1996), actante é, pois, alguém ou algo que age ou cuja atividade é reconhecida por outros, podendo ser literalmente qualquer coisa, desde que se assegure ser a fonte da ação. A Teoria Ator-Rede pretende, pois, explicar o que acontece no mundo explorando a grande diversidade de conexões de actantes nas redes sem que seja expressa a diferença entre humanos e não-humanos (Bosco, 2006).

Assim, focando-se sobretudo nas complexas relações entre entidades heterogêneas, que permitem o surgimento de poderosas redes científicas, na ANT, o papel dos atores ou actantes, é examinado de forma cuidadosa com o propósito de perceber de que forma é que eles se inserem em cadeias e redes e ao fazê-lo aponta igualmente para a forma de relacionamento entre diferentes espaços, entre diferentes territórios, mostrando assim, como é que as relações em rede contribuem para a construção do próprio espaço (Gregório, 2019). Desta forma, e tal como referido por Murdoch (2006), um outro aspeto introduzido pela ANT é a relacionalidade, ou seja, a forma como as distinções espaciais são esculpidas em contextos sociais mais amplos, neste caso as redes. Pode dizer-se ainda que a ANT “envolve antes uma certa sensibilidade para o papel ativo dos atores não-humanos na montagem do mundo, para a construção relacional dos objetos, e a sensação de que tudo isso exige explicações simétricas” (Farias e Bender, 2010:3).

Esta perspetiva leva-nos a concluir que, para analisarmos um território e o compreendermos, não necessitamos de mudar de escala de avaliação, apenas temos que nos deixar conduzir pelos atores que, através das suas relações no espaço e no tempo, nos proporcionam uma leitura do que nos rodeia. Seguir os atores e as relações que vão estabelecendo ao longo do seu percurso, bem como as conexões/ligações com os demais, é o que torna possível este estudo do território variando entre o local e o global. Esta variação entre o local e o global torna-se assim possível seguindo o rasto aos atores, seguindo o seu percurso e minimizando, desta forma, a importância relativa da escala em que os acontecimentos decorrem, pois, estando eles conectados e sucedendo-se nas suas relações, a obstaculização decorrente da distância deixa de existir.

Neste sentido, destaca-se a existência de uma associação autónoma entre os diversos atores ao invés de se ter que lidar com as influências dos cientistas sociais na análise da rede. Os investigadores, no curso das suas análises, apoiam-se em montagens ou, na terminologia da ANT, em *assemblages* e composições do mundo realizadas pelos actantes da rede (Gregório, 2019). Sobre essas *assemblages*, importa ainda dizer que são, tal como referem Rydin

e Tate (2016), amplamente fluídas, implantadas com o foco de enfatizar as interconexões dinâmicas entre os diferentes elementos.

Tendo em consideração estas particularidades relativas à visão da ANT face às redes e à forma como elas moldam o território, que constitui o seu laboratório, o espaço onde as metodologias são aplicadas e onde os resultados se corporizam, consideramos o caso da Rede das Aldeias Históricas de Portugal disso mesmo exemplo. Esta Rede surge assim como o produto do trabalho, das relações e interações de atores distintos, heterogêneos, como disso são exemplo as pessoas, os edifícios, os monumentos, as conformidades e dissonâncias nas intervenções realizadas, a sinalética ou as próprias ruínas, que no território, moldam cada uma das 12 aldeias e consolidam a rede, a mantêm e dinamizam. Ao longo das quase três décadas de existência desta Rede, muitos foram os atores/actantes que lhe foram sendo acoplados ou que dela se foram desvinculando. Considerámos precisamente a ruína como um dos atores ou actantes, que pela sua manutenção no tempo, seria de todo o interesse para o nosso estudo, pelo que, tentaremos evidenciar o papel deste elemento não-humano no processo de construção e manutenção da Rede das AHP.

### 3. A ruína como actante da Rede das AHP

As ruínas constituem-se como um elemento deveras interessante, que ao longo dos tempos têm vindo a ganhar mais relevância, não apenas em termos arquitetónicos, sobretudo no que respeito diz a técnicas e metodologias de intervenção sob edifícios arruinados, mas também do ponto de vista e de interesse estético, de tal modo que se pode dizer que atualmente existe, nas sociedades contemporâneas, uma verdadeira *ruinofilia*, ou seja, um verdadeiro encantamento pela ruína.

O entendimento do conceito de ruína tem uma trajetória fértil na cultura ocidental. Sobretudo desde o século XVIII que a ruína ou o espaço-ruína do “abandono”, quer no seu ambiente original, quer descontextualizada, enquanto ruína-fragmento, inspira circuitos artísticos, culturais e estéticos, entrando no imaginário coletivo. A modernidade, a urbanização e a indus-

trialização, levaram à exacerbação das dimensões nostálgicas das ruínas, frequentemente associadas à perda irreparável de um passado imaginado. Nas sociedades urbanas pós-industriais, o interesse pelas ruínas – industriais, rurais, ou outras – despoleta um verdadeiro fascínio, que se deve, em parte, “ao seu status ambíguo de meia construção, meia natureza, mas também ao seu valor único enquanto manifestações físicas dos efeitos destrutivos do tempo e, portanto, como representações da própria história” (Stead, 2003: 52). O passar do tempo, a criação desta história que fica inscrita no edifício em ruína, como resultado da ação do tempo no espaço, desencadeia no observador, um certo sentimento de nostalgia, em que o passado se faz presente de uma forma irrecuperável. Podemos ainda dizer que “as ruínas representam desafios para os planeadores e para os políticos, constituindo ameaças e oportunidades, elas apontam para a decadência, o fracasso, a perda, a beleza, a mudança e o prazer” (Sarmiento, 2018: 171).

Assim, e no que à ruína arquitetónica diz respeito, traduzindo-se como o resultado da ação combinada da ação das sociedades, através das suas opções de investimento e desinvestimento, acopladas às ações da natureza, ela é, sem dúvida, um produto social. Este produto, segundo Baptista (2014), e relativamente à ruína do monumento, não se apresenta como uma fratura ou desvio do processo histórico, mas como a sua realização plena, ou seja, para que a vida de um edifício esteja completa, a materialidade da passagem do tempo tem que se fazer sentir, ou seja, a decadência do edifício tem que existir, tratando-se apenas de um processo evolutivo que vai da sua plena funcionalidade à inevitável degradação. Assim, alguns autores (Riegel, 1903, mencionado por Desrochers, 2000; Baptista, 2014) defendem que a ruína é apenas o culminar de um ciclo, que tem por mentor o tempo, constituindo-se quase como uma inevitabilidade, mas que, simultaneamente permite rastrear este actante até ao passado, estudá-lo, analisá-lo, tal como sugerido nos processos da ANT, para a qual, só seguindo os atores, se poderá obter a visão global do objeto de estudo e sua consequente compreensão.

Desta forma, e tal como menciona Irving (2015), a ruína permite estabelecer ligações entre passado e presente, suscitando uma certa melancolia,

criando ainda conexões e limites temporais e geográficos através de manipulações retóricas.

Sob a perspectiva da ANT, ao associar o passado ao conceito de ruína, podemos, seguindo este ator/actante, perceber o processo inerente ao arruinamento em que determinado edifício se encontra, alterando neste caso, não a escala – local ou global – mas o tempo em que decorre a ação, o que nos permitirá compreender o processo de decadência que tornou a ruína uma inevitabilidade. Este processo de arruinamento é uma questão transversal que se verifica tanto em espaços urbanos, como em espaços rurais, onde aliás a presença da ruína é, muitas vezes, ainda mais evidente. Nos territórios rurais do interior do país, onde o despovoamento é uma realidade irrefutável e a população envelhecida é uma característica intrínseca, a presença da ruína é uma realidade tão constante que chega mesmo a naturalizar-se e ser uma característica da paisagem destes espaços periféricos, onde o desinvestimento se faz sentir há várias décadas, traduzindo-se no abandono e degradação dos edifícios.

Foi precisamente neste quadro conjuntural que as Aldeias Históricas de Portugal se encontravam no início do programa: territórios do interior do país, despovoados, caracterizados por um forte desinvestimento e abandono, onde nem o riquíssimo património histórico-cultural se desvinculava desta realidade. Estas eram igualmente características que lhes conferiam um enorme potencial, transformando-as no cenário perfeito, dada a monumentalidade do seu património edificado, cuja matriz medieval encontra um enquadramento perfeito no ambiente e paisagens rurais (Lousada, 2008), para a implementação deste projeto de intervenção no património e desenvolvimento turístico.

Assim, podemos perceber a dicotomia que as ruínas constituíam para o programa das Aldeias Históricas de Portugal: se por um lado simbolizam o despovoamento, a perda de importância destes territórios, o abandono e desinvestimento, por outro, constituíam um enorme potencial para atração de novos públicos, transformando-se, por tal, e segundo o ponto de vista da

ANT, como actantes não-humanos de grande importância para o desenvolvimento e consolidação da rede das AHP. As ruínas constituem-se como alvo de novas abordagens não apenas no que diz respeito à reabilitação, mas também no respeitante à sua reutilização, suscitando, por isso maior interesse, convertendo-as em objetos de estudo e reflexão. Cada vez mais as ruínas são consideradas como locais privilegiados para a realização de eventos e recriações históricas, fazendo-nos perceber que a sua manutenção tem também uma nova utilização, despoletando novas redes, cativando novos atores, procurando criar experiências únicas, ligadas à “essência” dos lugares, promovendo o turismo e, conseqüentemente, a comercialização destes espaços.

Enquadrando esta perspectiva, a aldeia de Castelo Rodrigo torna-se um caso de estudo interessante, que nos permite rastrear estas ligações da ruína, sob o ponto de vista da ANT, tendo em conta o processo de transformação pelo qual passou enquanto uma das aldeias que integra a rede das AHP desde a década de 1990, e que desde então tem feito das ruínas do Palácio Cristóvão de Moura, uma imagem de marca.

#### 4. A Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo e as suas ruínas

Castelo Rodrigo foi uma das dez primeiras aldeias a integrar a rede das AHP, logo no ano de 1994, beneficiando por isso, das intervenções profundas promovidas ao abrigo do QCAII. Pode dizer-se que esta aldeia foi uma das que sofreu intervenções mais profundas, o que transformou significativamente a sua imagem. Este núcleo urbano, agora aldeia, e o seu território envolvente, desempenhou um papel de grande relevo na conquista da nacionalidade e na delimitação da linha de fronteira. Borges (2001:15) refere que “a vila muralhada de Castelo Rodrigo, mostra-se ciosa em preservar as heroicas ruínas, testemunho de um passado glorioso”. A estabilização das fronteiras resultou na perda de importância da atual sede de concelho – Figueira de Castelo Rodrigo – uma vila moderna, que sucedeu à vila alcandorada. Essa mesma perda de importância traduziu-se não apenas na perda do poder administrativo, como também em termos demográficos, através do seu despovoamento, o

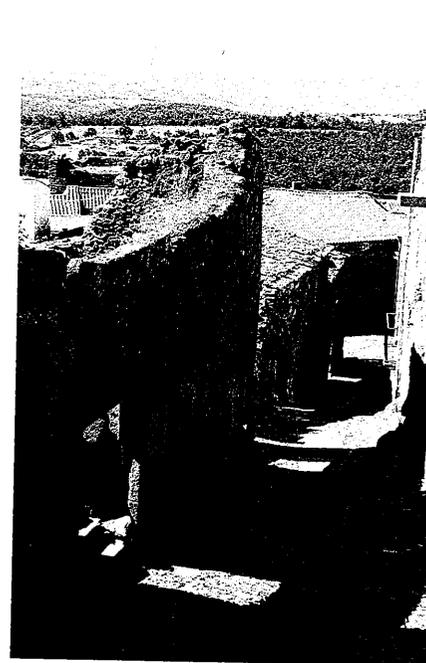
que fisicamente se traduziu no arruinamento do seu edificado. Porém, a aura do lugar prevaleceu, uma vez que “construir um edifício é construir uma atmosfera, pois o que se experiencia é a atmosfera construída estabilizada (...) é a sua agência que interliga os estados humanos com o ambiente construído (Göbel, 2015:10). A prevalência da ruína (Figuras 2-4) pode, seguramente, encontrar uma justificação plausível quando nos debruçamos sobre a evolução da população neste território, cuja perda populacional vem desde há séculos atrás, sustentada pela perda de importância administrativa, porém é uma tendência que se mantém, uma vez que, entre as décadas de 1960 e 1981, a população da freguesia de Castelo Rodrigo decresceu em 60%, como resultado da elevada emigração que, no período em questão, assolou toda a região, sendo certo ainda que, esta tendência de perda populacional se mantém na freguesia, segundo os dados provisórios dos censos 2021 (517 habitantes em 2011; 467 habitantes em 2021 – dados INE, 2021).

**Figura 2** – Edifício em ruínas 1 – Castelo Rodrigo

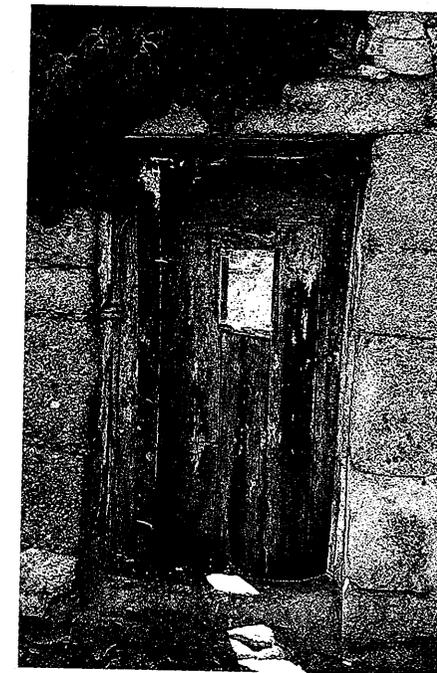


Fonte: Fotografia própria, junho 2018

**Figura 3** – Edifício em ruínas 2  
– Castelo Rodrigo



**Figura 4** – Edifício em ruínas 2  
– Castelo Rodrigo



Fonte: Fotografia própria, junho 2018

Ora, este despovoamento traduz-se visualmente pela existência de ruínas vernaculares, mas também de ruínas patrimoniais, como disso dá conta Borges (2001:15) ao referir que “atualmente, a antiga vila, [...] vive espartilhada pelas ruínas das ancestrais muralhas e do palácio de Cristóvão de Moura. À sombra da Igreja Matriz, fundada em 1192 pelos frades Hospitaleiros, exhibe as glórias de um passado saudosos, que grande número de turistas visita durante o ano” (Figura 5).

**Figura 5** – Palácio Cristóvão de Moura – Castelo Rodrigo

Fonte: Fotografia própria, junho 2018

O crescente interesse turístico pelas ruínas faz com que estes elementos não-humanos assumam uma importância tal, decorrente da crescente ruínofilia, que deixam de ser vistos como destroços, remanescências do passado, e detenham um papel de destaque estético na definição de lugar. Confirma-se, precisamente, uma mudança de paradigma face à forma como as ruínas são encaradas, tal como mencionado por autores como Edensor (2005), que através de processos de decadência e intervenção não-humana, objetos em ruínas transformam gradualmente o seu carácter e perdem a sua discrição, assumindo diversas propriedades estéticas alternativas, impondo a sua materialidade à experiência sensorial dos visitantes. A ruína possibilita, desta forma, o surgimento de outras formas de interação com o mundo material, e a importância destes elementos arquitetónicos arruinados aumenta de forma considerável, sendo que em Castelo Rodrigo essa mesma interação é devesas notória, fazendo, inclusivamente, com que a população residente a encare como uma mais-valia no que concerne à procura turística, e o turista possa, através dela, fazer uma releitura da história da aldeia. Assim, e de acordo com a perspectiva da ANT, as ruínas permitem que se estabeleça uma interação

entre elementos heterogéneos, humanos e não-humanos e da tradução dessa relação, resulta uma releitura do lugar.

Porém, há a considerar que, tal como anteriormente mencionado, o programa das AHP, constituiu-se, precisamente, como uma ferramenta de combate ao despovoamento, cujas medidas implementadas tinham como propósito fixação e captação de população, de entre elas, há que destacar as diversas obras de reconversão e reabilitação do património, bem como incentivos ao investimento privado. Estas medidas implementadas, traduziram-se numa alteração considerável na imagem deste território, como por exemplo através das intervenções nas fachadas e telhados dos edifícios privados, no enterramento de cabos elétricos, e em diversos edifícios de elevado valor patrimonial, como foi o caso da Igreja Nossa Senhora do Rocamador e do Palácio Cristóvão de Moura. Se no caso da Igreja se registou uma reabilitação do edifício, a intervenção operada nas ruínas do Palácio tem um carácter diferente, uma vez que, por razões arquitetónicas se optou pela preservação e manutenção da ruína.

Face ao exposto, consideramos que as intervenções operadas no território destacam a importância que as ruínas assumem para a rede das Aldeias Históricas de Portugal, e como o processo de desruinamento e intervenção na ruína constituíram elementos agregadores da rede. A opção deliberada pela preservação do Palácio e a sua cristalização como ruína constitui-se como um ato intencional de valorização do seu simbolismo, encarada aqui como “pretensão a formas de nostalgia e autenticidade” (Irving, 2015:3), através da qual foi defendida a sua integridade enquanto ruína simbólica, traduzindo-se num elemento construído quer pelo tempo natural, quer pelo tempo cultural (Tomé, 2002). Há, por tal, uma intenção de valorização das ruínas, o que confirma o importante papel de actante, deste ator não-humano na rede das AHP, assim como elemento integrante da paisagem e do património de Castelo Rodrigo, constituindo-se, quer como um marco identitário do território, quer como um recurso estratégico para o seu desenvolvimento.

É nas ruínas do Palácio Cristóvão de Moura, que ao longo dos últimos anos têm decorrido inúmeros concertos, representações históricas, peças de

teatro. As ruínas têm sido o cenário natural perfeito para estabelecer a ligação entre passado e presente, construindo novos capítulos na história deste espaço; é pelas ruas da aldeia de Castelo Rodrigo, que se desenrolam visitas guiadas encenadas, assim como diversas recriações históricas que pretendem contar a história e estórias desta aldeia, das suas gentes e do seu património material e imaterial.

Considerar as ruínas como marco identitário, torna-se por demais evidente, quando a sua imagem é usada para promoção territorial e de produtos endógenos, como disso mesmo é exemplo o vinho, que usa a imagem das ruínas como elemento identitário da região (Figura 6), promovendo novas redes e acoplando novos atores às redes existentes.

**Figura 6** – Rótulos de vinhos de Figueira de Castelo Rodrigo com alusão a ruínas



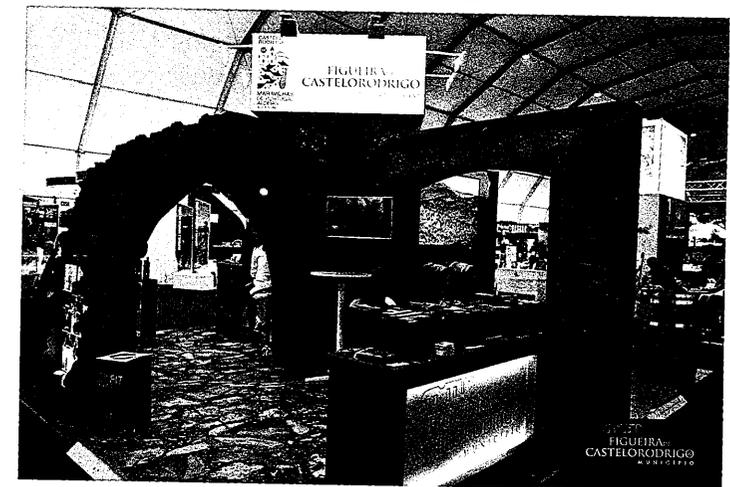
Fonte: [l1nq.com/eHXNn](http://l1nq.com/eHXNn)

Para além deste papel de grande importância enquanto marco identitário, o papel das ruínas na rede das AHP, é mais vasto, mais profundo, mais impactante, no sentido em que rastreando a ruína, podemos estudar a própria rede, e assim, o território. Ao analisar a ruína, isto é, a sua vida, podemos seguir, associada à intervenção que sofreu, diversas trajetórias. Podemos pensar nos arquitetos que pensaram no projeto, e nos esboços da ruína, que foram ganhando forma nos estiradores dos seus gabinetes na cidade do Porto; ou nos engenheiros responsáveis pelos projetos de especialidades, que próximos de Lisboa trabalharam no projeto; ou na arquiteta paisagista que

desde Bragança desenhou o projeto de arranjos exteriores do espaço; ou na empresa responsável pela empreitada, localizada em Algés, cujos funcionários tiveram que se deslocar para Castelo Rodrigo para executar as obras, trazendo consigo saberes, projetos e materiais de vários locais, recorrendo a diversos instrumentos e técnicas na consolidação dos muros e das estruturas deste espaço patrimonial; na circulação dos fundos comunitários que foram alocados a estes projetos, desde as decisões em reuniões em Bruxelas até Castelo Rodrigo, passando por diversos gabinetes em Lisboa, articulados com Coimbra. Entender a ruína como actante, mostra como a rede das AHP se estende a todos estes lugares e é composta por todos estes outros actantes humanos e não humanos.

Através da ANT, é-nos ainda permitido estabelecer a dinâmica de rede, para além da anteriormente referida, entre a fotografia que serviu de base para a criação do stand (Figura 7), a empresa que o materializou, os materiais que serviram na sua produção, assim como com os técnicos que, ao serviço do Município, divulgam o território em certames de promoção turística e os folhetos promocionais (Figura 8) que aí distribuem e que contém informação sobre essas mesmas ruínas e a sua importância histórico-cultural.

**Figura 7** – Stand de Promoção Turística do Município de Figueira de Castelo Rodrigo



Fonte: [l1nq.com/ea1pj](http://l1nq.com/ea1pj)

Figura 8 – Folheto promocional Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo



Fonte: <https://shre.ink/4Pw>

Ao associarmos todos estes elementos e tendo por base a Teoria do Ator-Rede, é-nos possível compreender um pouco mais a dimensão e complexidade da rede, do vasto número de elementos que a constituem e da cronologia que estes mesmos elementos nos permitem criar da própria rede, assim como da sua análise sob diferentes escalas.

A ruína é, assim, um actante dinâmico, capaz de se constituir como um marco identitário, e simultaneamente, como o elemento acoplador de novos atores, não apenas em novas redes, como nas redes já constituídas, como é o caso da Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Nesta rede em particular, a ruína constitui-se como um elemento agregador e de união do território, cuja presença de ruínas, sobretudo patrimoniais, que era urgente combater, reverter, mas que hoje constitui um verdadeiro elemento de fascínio, perfeitamente aceite e tratado de forma distinta.

## Conclusões

A Teoria do Actor-Rede é um quadro teórico de estudo e simultaneamente uma ferramenta de trabalho que permite um novo olhar sobre o território e os atores que o constituem, sejam eles humanos ou não-humanos. No caso concreto do trabalho que aqui é apresentado, pretendeu demonstrar-se que, efetivamente, a ANT permite uma visão distinta, diferenciadora na forma de análise da Rede das Aldeias Históricas de Portugal e em como esta rede tem contribuído para a mutação dos 12 territórios que a integram, sobretudo através da análise do papel desempenhado por um ator não-humano/actante, nomeadamente a ruína.

Se ao longo dos tempos, a ideia da ruína se foi alterando, ao ponto de desde início do século XXI, constituir um verdadeiro elemento encantatório, que suscita grande interesse e um fascínio quase inenarrável, denominado ruínofilia, cremos que, em diversos casos, ela integra diversas redes e constitui-se com um elemento ativo, desencadeador de ação, capaz de agregar novos atores, como no caso da rede das AHP. Consideramos que este ator não-humano tem vindo a desempenhar um papel extremamente ativo desde a criação da rede, uma vez que, nos seus primórdios, o objetivo era inverter o processo de arruinamento em que se encontravam estas aldeias, que era, na verdade, um elemento comum a todas elas e que se processou das mais diversas formas – desde intervenção na ruína através de reabilitação e reconstrução dos edifícios, até a ações deliberadas de preservação da própria ruína, considerada elemento identitário, cuja autenticidade urgia manter.

Consequentemente, ao longo das últimas décadas, a intervenção sobre a ruína tem gerado inúmeras transformações perfeitamente identificáveis na paisagem, tal como referido por Sarmento e Pereira (2019:8), que argumentam que “atores não humanos geram transformações visíveis, e os ciclos e ritmos a que ruínas e espaços vazios estão sujeitos vão criando novas ambiências, das manhãs primaveris, ensolaradas e luminosas, à patine nostálgica das tardes de outono chuvosas e frias.” As ruínas, longe de serem o término, um símbolo de finitude, reinventam-se enquanto espaços físicos “ainda que o

abandono e o arruinamento apontem frequentemente para a ideia de espaços problemáticos e marginalizados, lugares em pousio, preconcebidos como incômodos, degenerados ou ameaçadores, muitas ruínas e espaços vazios têm vida, por vezes albergam mesmo vidas, e de múltiplas formas fazem parte do quotidiano ou do ocasional de inúmeras “comunidades” humanas e não-humanas e da interação de ambas” (Sarmento e Pereira, 2019:7).

As ruínas, são assim elementos pluritemporais, que nos trazem ao presente fragmentos de passado, e que neste sentido, como dizem DeSilvey e Edensor (2013:471) “servem como locais emblemáticos para reexaminar e reformular nossa relação com o passado e nossa compreensão da temporalidade”. Para os autores, “as histórias contingentes da ruína muitas vezes emergem na interface entre a memória pessoal e coletiva, como restos materiais que mediam entre a história e a experiência individual” (DeSilvey e Edensor 2013: 472).

## Bibliografia

- Baptista, L. S. (2014). Ruínas Habitadas: Atravessamentos Entre a Contemplação Poética e a Intervenção Crítica. *Arca - arquitetura e arte*, 112: 22–23.
- Borges, J. A. (2001). *Castelo Rodrigo - Passado e Presente*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.
- Bosco, F. (2006). Actor-Network Theory, Networks and Relational Approaches in Human Geography. In S. Aitken & G. Valentine (Ed.), *Approaches to Human Geography* (pp. 136-146), London: Sage Publications Sage.
- Boura, I. (2004). Património e Mobilização das Comunidades Locais: Das Aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia. *Cadernos de Geografia*, 21/23, 115–26.
- Coutinho, C. (2013). *Marialva - Da Ruína à Aldeia Histórica* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- DeSilvey, C. e Tim, E. (2013). Reckoning with Ruins. *Progress in Human Geography*, 37(4), 465–85.
- Desrochers, B. (2000). Ruins Revisited: Modernist Conceptions of Heritage. *The Journal of Architecture*, 5(1), 35–46.
- Edensor, T. (2005). Waste Matter - The Debris of Industrial Ruins and the Disorder of the Material World. *Journal of Material Culture*, 10 (3), 311–32.
- Fariás, I. e Thomas, B. (2010). *Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Studies*. London: Routledge.
- Göbel, H. K. (2015). *The Re-Use of Urban Ruins Atmospheric Inquiries of the City*. New York: Routledge.

Gregório, M. J., Brito-Henriques, E. e Sarmento, J. (2014). Ruínas , Tecnologia e Atores Na Construção Da Rede Das Aldeias Históricas de Portugal. In A. Vieira e R. Julião (Coord.), *Actas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia* (pp.1126-1131). Associação Portuguesa de Geógrafos, Universidade do Minho.

Gregório, M. J. C. (2019). *Lugares, Redes e Atores: O Papel Das Ruínas Na Rede Das Aldeias Históricas de Portugal* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga.

Irving, B. A. (2015). *Ruination as Invention: Reconstructions of Space and Time in a Deindustrial Landscape* (Tese de doutoramento). University of Iowa, Iowa.

Latour, B. (1996). On Actor-Network Theory. A Few Clarifications plus More than a Few Complications. *Soziale Welt*, 47, 369–381.

Latour, B. (2005). *Reassembling the Social - An Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press Inc.

Lousada, M. A. (2008). Antigas Vilas, Aldeias Velhas, Novas Aldeias. A Paradoxal Identidade Das Aldeias Históricas de Portugal. In CEG (Coord.), *Turismo, Inovação e Desenvolvimento* (pp.143-174), Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Michael, Mike. 2017. *Actor-Network Theory - Trials, Trails and Translations*. SAGE Publi. ed. Natalie Aguilera. London: Sage Publications Sage UK: London, England.

Murdoch, J. (2006). *Post-Structuralist Geography. A Guide to Rlational Space*. Londres: SAGE Publications, Lda.

Rydin, Y. e Tate, L. (2016). *Actor Networks of Planning: Exploring the Influence of Actor Network Theory*. New York: Routledge.

Sarmento, J. (2018). The Aesthetics of Ruins: Failure, Decay, Planning and Poverty. *Finisterra*, 53 (109), 171–75.

Sarmento, J. e Pereira, R. (2019). *Apropriações e Usos de Ruínas e Espaços Vazios. Experiências em Guimarães e Vizela*. Braga: Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade.

Stead, N. (2003). The Value of Ruins: Allegories of Destruction in Benjamin and Speer. *An Interdisciplinary Journal of the Built Environment*, 6, 51–64. [https://www.researchgate.net/publication/43518824\\_The\\_value\\_of\\_ruins\\_Allegories\\_of\\_destruction\\_in\\_Benjamin\\_and\\_Speer](https://www.researchgate.net/publication/43518824_The_value_of_ruins_Allegories_of_destruction_in_Benjamin_and_Speer).

Tomé, M. (2002). *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.